

12 FEV 2015

GAZETA DO POVO

Assembleia vota hoje o “pacotão” e servidores decidem manter ocupação

Com o plenário tomado por servidores, a Assembleia decidiu votar nesta quinta-feira os dois projetos do governo com medidas impopulares ao funcionalismo. Quatorze deputados contrários às propostas recorreram ao Tribunal de Justiça para impedir a votação. O Ministério Público criou um grupo de estudos para analisar a legalidade do “pacotão”

+ Funcionários da saúde, universidades e agentes penitenciários aprovam adesão aos professores

PARA DERRUBAR A COMISSÃO GERAL

Quatorze deputados ingressaram ontem com um mandado de segurança no Tribunal de Justiça na tentativa de derrubar a comissão geral prevista para hoje na votação dos dois projetos do governo. No documento, cujo relator é o desembargador Luís Espíndola, eles afirmam que o mecanismo viola o direito de oposição garantido na Constituição e o devido processo legislativo. Os parlamentares argumentam ainda que o regimento da Assembleia prevê a possibilidade de comissão geral apenas para debater projetos, e não para votá-los.

12 FEV 2015

GAZETA DO POVO

Sob protestos e sem recuo do governo, deputados votam hoje o “pacotão”

Votação das medidas impopulares ao funcionalismo deve ocorrer na base do “tratoração”

Luclides Lucas Garcia

Com o plenário tomado por servidores desde a tarde da última terça-feira, a Assembleia Legislativa do Paraná realizou a sessão de ontem no restaurante da Casa, de forma improvisada. Os deputados da base aliada reapresentaram requerimento para transformar hoje o plenário em comissão geral e aprovar, na base do “tratoração”, os dois projetos do governo com medidas impopulares ao funcionalismo.

O principal argumento é que, se as propostas não forem aprovadas o quanto antes, a folha de fevereiro do funcionalismo estará em risco. Diante da recusa do Executivo em retirar os projetos, não há sinais de que os servidores deixarão a Assembleia por vontade própria, mesmo com uma decisão judicial para que eles desocupem a Casa.

Fortemente cercado por policiais da tropa de choque, o prédio administrativo, onde fica o restaurante de uso exclusivo dos deputados, só pô-

de ser acessado por profissionais da imprensa, para acompanhar a sessão que começou por volta das 15 horas. Mais cedo, no gabinete da presidência, a sessão interrompida com a invasão do plenário no dia anterior foi formalmente encerrada. Com isso, a comissão geral aprovada por 34 votos a 19 perdeu efeito, pois só valia para a votação das propostas na terça-feira.

Um dos únicos a fazer uso do microfone, o líder do governo, Luiz Claudio Romanelli (PMDB), repetiu por quase vinte minutos o discurso que havia feito no plenário, sob vaias, antes de os manifestantes invadirem a Casa. “Não somos uma ilha, o momento é grave no país inteiro. As medidas são duras, e temos de fazer o que é necessário.”

Num pedido incisivo, o líder do PSDB, Francisco Bühner, solicitou a Romanelli que ele esclarecesse em definitivo os projetos do Executivo à imprensa e à população, porque os deputados sofrem uma pressão muito grande. “É preciso ficar claro que focinho de porco não é tomada”, cobrou o tucano, sendo aplaudido por alguns colegas.

“Nenhum servidor vai perder R\$ 1 com essas propostas. Quem disser o contrário estará faltando com a verdade”, disse o líder do governo.

Na sessão convocada para hoje, novamente no restaurante da Assembleia, os deputados analisarão primeiro o requerimento de comissão geral. Se ele for aprovado, as propostas do governo serão discutidas em até quatro votações em sequência.

Boicote

Sem painel eletrônico e o mínimo de estrutura para abrigar 54 deputados, assessores, taquígrafos e jornalistas, o restaurante do Legislativo foi adaptado com cadeiras e poltronas e um cercadinho para a imprensa. Os parlamentares foram chamados nominalmente e iam respondendo “presente”.

Por discordarem da forma como a situação está sendo conduzida, oito deputados — os seis de oposição, mais Nelson Luersen (PDT) e Palozi (PSC) — boicotaram a sessão. “A realização de sessão plenária em local que não seja o plenário, sem a participação popular, aumenta o impasse e potencializa a tensão entre o governo e trabalhadores. [O cenário] é resultado da falta de diálogo e intransigência do governo Beto Richa e da base aliada”, afirmaram os ausentes, por meio de nota.

CONTINUA

12 FEV 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Richa evita a imprensa e despacha no Chapéu Pensador

Diego Antonelli e Rogério Galindo

Desde terça-feira o governador Beto Richa (PSDB) e assessores próximos despacham no Chapéu Pensador, sede da Copel no Bigorrihlo, em Curitiba. Seguranças da portaria negaram que Richa estivesse lá. No entanto, a reportagem confirmou a presença do governador. Ele optou pelo Chapéu ao invés de utilizar o Palácio Iguazu, no Centro Cívico — região que está tomada pela manifestação dos professores da rede estadual.

Richa ressuscita, assim, o gabinete alternativo e impro-

visado que foi criado pelo ex-governador Jaime Lerner.

Lerner usava o Chapéu Pensador, uma construção de madeira e vidro cercada de verde, para despachar e reunir o secretariado durante os oito anos que esteve à frente do governo do Paraná.

Entrevista

O chefe da Casa Civil, Eduardo Sciarra (PSD), foi ao ParanáTV 1.ª Edição, da RPC, ontem. Sciarra negou que Richa esteja fugindo de aparecer em público durante os momentos de tensão.

Segundo o secretário, o governo “não se negou ao diálogo”. Prova disso, segundo ele, seria o fato de que alguns pontos foram retirados do projeto, como o fim dos quinquênios. O secretário disse que, com isso, o governo “demorará mais” para recuperar o caixa.

Governo perde maioria absoluta e terá de barganhar por apoio

O governo de Beto Richa (PSDB) começou a semana com uma base de 48 deputados estaduais. No entanto, o cenário mudou.

A pressão dos professores, da população em geral, afetada pela greve, e o noticiário amplamente desfavorável levaram a base a encolher. Na sessão da última terça-feira, já houve 13 defecções. O governo aprovou o requerimento de comissão geral por 34 a 19. Isso foi antes da ocupação do plenário.

Ontem, sem qualquer votação importante em pauta, já que o requerimento de comis-

são geral e os projetos do “pacotão” só voltam à ordem do dia hoje, houve mais uma deserção. O deputado Palozi, do PSC, afirmou que, do jeito que as coisas estão, “não tem condições” de votar a favor do governo.

A margem de manobra do governo encolheu visivelmente. Para aprovar o pacote, precisa de 27 votos, no mínimo. com 33, tem apenas seis deputados a mais do que o necessário. A partir de agora, cada um que faltar, que mudar de lado, fará falta.

E, sabendo disso, é de se imaginar que o poder de barganha aumente rapidamente. Sob o risco de mais baixas na base, o governo poderá ter de ceder cada vez mais. E a vitória no plenário, caso venha, poderá ter alto custo político para Richa. (RWG)

12 FEV 2015

GAZETA DO POVO

Ministério Público cria grupo de estudos para analisar legalidade do "pacotaço"

O Ministério Público do Paraná (MP) informou ontem que decidiu criar um grupo de estudos para analisar as propostas enviadas pelo governo do estado à Assembleia Legislativa.

O grupo, comandado pela Procuradoria-Geral de Justiça, pretende avaliar se o pacote proposto pelo Executivo não tem pontos ilegais.

De acordo com a nota oficial emitida ontem pela procuradoria, o alvo principal do estudo será a reforma previdenciária proposta. De acordo com os projetos do governo, os dois fundos existentes hoje na Parana Previdência serão fundidos.

A alegação do governo é que não faz sentido manter um fundo superavitário e outro deficitário, e que ao invés de pôr R\$ 250 milhões por mês do tesouro para completar o pagamento dos aposentados faz mais sentido usar os R\$ 8 bilhões da "poupança" que estava sendo feita para pagar inativos no futuro.

Segundo o Ministério Público, a criação do grupo de estudos foi necessária "diante da relevância dos temas tratados e respectivos reflexos sociais que deles decorrem, especialmente no que se refere ao tratamento das questões previdenciárias". A procuradoria informou que aguarda a votação dos projetos pela Assembleia e, "em caso de aprovação, diante da consolidação do texto definitivo, o grupo de estudos concluirá a análise dessas normas à luz da ordem jurídica constitucional".

"[A criação do grupo foi necessária] diante da relevância dos temas tratados e respectivos reflexos sociais que deles decorrem, especialmente no que se refere ao tratamento das questões previdenciárias."

Trecho da nota do Ministério Público.

12 FEV 2015

GAZETA DO POVO

Deputado diz que foi chantageado por voto pró-governo

Segundo parlamentar, secretário da Saúde teria condicionado liberação de veículo a voto favorável.

O governo nega

*Euclides Lucas Garcia
e Chico Marés*

O deputado estadual Adelineo Ribeiro (PSL) acusou o governo de chantageá-lo para votar a favor do pacote de medidas de austeridade. Durante a sessão de ontem, ele disse que o secretário da Saúde, Michele Caputo, afirmou que só liberaria um ônibus para o transporte de pacientes de um município da base eleitoral do parlamentar caso ele não votasse contra os projetos. O secretário negou e disse que nem sequer conversou com Ribeiro.

Segundo o deputado do PSL, ele solicitou no ano passado um ônibus para transportar pacientes em tratamento contra o câncer de Alto Piquiri, no Noroeste do estado, para Cascavel. Na época, a secretaria negou o pedido, por causa da legislação eleitoral.

Na semana passada, ele acompanhou uma visita do prefeito do município a Curitiba e aproveitou para ligar

para Caputo solicitando o veículo novamente. De acordo com o deputado, o secretário teria condicionado a liberação do veículo à aprovação do projeto. “Liguei para o secretário e ouvi: ‘voto lá que a gente vai entregar o que o senhor quer’”, afirmou.

O deputado disse, também, que o ônibus está parado no pátio da secretaria de Saúde. Ele afirmou, ainda, que não é um parlamentar que “aceita barganha” e que não ia votar a favor do projeto por ser negativo para o funcionalismo. Apesar de ser da base de apoio do governo, Ribeiro votou contra o requerimento de formação de comissão geral.

Em nota, a secretaria de Saúde afirmou que “o governo do estado nunca condicionou a entrega de equipamentos de saúde ou serviços de qualquer natureza ao apoio político. Todos os 399 municípios recebem investimentos do estado para qualificar o serviço público de saúde”.

Segundo a secretaria, foram adquiridos cem ônibus para transporte de pacientes, mas eles serão distribuídos a Consórcios Intermunicipais de Saúde, e não para municípios específicos. Além disso, de acordo com a secretaria, o governo do estado transferiu R\$ 240 mil para que a prefeitura de Alto Piquiri adquirisse veículos para o transporte

de pacientes de acordo com sua necessidade.

O secretário não quis dar entrevistas, mas comunicou também que não conversou com Ribeiro na última semana.

12 FEV 2015

GAZETA DO POVO ESCLARECIMENTO AOS PARANAENSES

O Governo do Estado esclarece à população do Paraná que está tomando medidas de austeridade, corte de gastos administrativos e de combate à sonegação para enfrentar a grave crise financeira nacional.

Para que o dinheiro de todos os paranaenses seja bem aplicado, medidas necessárias foram submetidas à aprovação da Assembleia Legislativa.

Os projetos garantem a manutenção de conquistas dos servidores públicos, como quinquênios e anuênios, o PDE e o plano de carreira dos professores.

Também garantem a aplicação exclusiva dos recursos da ParanaPrevidência para pagamento de aposentados e pensionistas.

O Governo do Estado sempre irá se posicionar a favor do interesse público dos paranaenses, preservando a ordem, o diálogo, a transparência e o respeito.



GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

A tomada da Bastilha

Em 1789, a França, mergulhada em dívidas, passava por grave crise financeira. Para resolvê-la, o rei Luiz 16 decidiu aumentar impostos, que pesavam mais sobre a burguesia — como era chamada a classe média naquela época. O rei foi duro e se recusou a ceder a pressões. Quem não tivesse pão, que comesse brioches, teria recomendado a rainha Maria Antonieta aos mais pobres, segundo conta a história certamente contaminada pelos altos teores políticos daquele tempo.

Os revoltosos tentaram discutir o assunto. Criaram uma Assembleia Nacional para abrir o debate, mas o rei se opôs à ideia. O povo, então, saiu às ruas, tomou arsenais públicos e, por fim, invadiu e destruiu a Bastilha, velha prisão medieval que encarcerava inimigos políticos e criminosos em geral. O diretor da prisão, que pedia calma à multidão, teve a cabeça cortada e, pendurada numa lança, desfilou pelas ruas de Paris. A monarquia caiu e, em seguida, Luiz 16 e Maria Antonieta perderam a cabeça na guilhotina.

Em 2015, o Paraná, mergulhado em dívidas, passa por grave crise financeira. Para resolvê-la, o governador Beto Richa decidiu aumentar impostos que pesam sobre a cesta básica e sobre carros populares e avança sobre recursos que custeariam futuras aposentadorias do funcionalismo.

Embora já não seja do tempo da monarquia absolutista e apesar de ter sido eleito democraticamente, o governador não foi menos duro do que Luiz 16. É certo que cedeu em uma coisinha aqui e outra acolá, mas não quis debate prévio e amplo dos projetos e nem que fossem debatidos e aperfeiçoados pela Assembleia. Ao contrário, propôs que esta os votasse em regime de urgência, a toque de caixa, para que todo o essencial fosse aprovado numa só sessão.

Não foram necessários os canhões com que os franceses tomaram a Bastilha, mas os portões da Assembleia foram derrubados pela turba até então contida do lado de fora. Os que já estavam dentro, saltaram das galerias

12 FEV 2015

e invadiram o plenário. Os deputados correram — mas não se vergaram. Ontem mesmo, num plenário improvisado no antigo restaurante da Casa, aprovaram outra vez a tramitação em regime de urgência e hoje devem votar o pacote inteiro. E com certeza vão aprovar o pacote inteiro.

Nas próximas eleições serão contados os pescoços que, provavelmente, não sobreviverão à guilhotina das urnas. Contudo, se com as medidas duras do pacote o estado se safar da misteriosa miserabilidade a que foi levado, o martírio de alguns terá sido em vão — mas a opinião generalizada é a de que, embora alguns problemas possam ser momentaneamente resolvidos, a herança será inevitavelmente maldita. O tempo dirá.

Alertas não faltaram. A OAB/PR se pronunciou oficialmente para declarar a ilegalidade de alguns dos itens do pacote, especialmente em relação àquele que permite ao governo abocanhar R\$ 8 bilhões do caixa da Parana previdência pertencentes aos que contribuíram. O mesmo alerta foi feito pelo criador do modelo previdenciário do serviço público paranaense, Renato Follador, para quem a medida equivale a uma sentença de morte para a Parana previdência.

CONTINUA

12 FEV 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Da mesma opinião comum o ex-presidente da entidade (nos dois primeiros anos do governo Richa), Jayme de Azevedo Lima. Sua antevisão é de que o recurso (que não pertence ao governo mas aos servidores) será torrado para pagamento de dívidas ao invés de garantir as futuras aposentadorias e pensões. "Isso é ilegal, imora e inconstitucional, pois configura uma 'tunga' ao bolso dos servidores", arremata.

Afora seu aspecto antidemocrático, há dúvidas também em relação à legalidade do regime de transformação do plenário em comissão geral. Ontem à tarde, a oposição protocolou mandado de segurança no Tribunal de Justiça, requerendo liminar para impedir a realização da sessão. Embora a decisão deva sair da pena de um só desembargador, não é improvável que, no seu despacho, ele acabe por reproduzir o sentimento da grande maioria do Judiciário, que também não vê com bons olhos a proposta do governo e que gostaria de ter sido chamada a debater previamente a questão.

É que, assim como os funcionários comuns, juízes e promotores que iniciarem agora a carreira não terão a garantia de levar para a aposentadoria proventos iguais aos que perceberão na ativa. A menos que contribuam de forma complementar para a autarquia Previcom, prevista para criação pelo pacote.

"A opinião generalizada é a de que, embora alguns problemas possam ser momentaneamente resolvidos [com o 'pacote' proposto pelo governo], a herança será inevitavelmente maldita. O tempo dirá."

12 FEV 2015

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

Escortada

A deputada estadual Maria Victoria (PP) só anda escortada depois da invasão de terça-feira na Assembleia. São três integrantes da polícia legislativa ao lado dela, à paisana. Dois homens e uma mulher. Na terça, Maria Victoria se trancou no banheiro durante a invasão e ligou para a mãe, a vice-governadora Cida Borghetti (Pros), para pedir escolta.

Fora do país

Por falar em Maria Victoria, em meio à confusão que toma conta da Assembleia, ela, Alexandre Curi (PMDB) e Felipe Francischini (SD) pediram autorização à Casa para se ausentar do país durante o feriado de carnaval. O requerimento foi aprovado ontem.

Assinou sem ler

Novato, o deputado Paulo Litro (PSDB) passou por uma situação no mínimo constrangedora na sessão de ontem na Assembleia Legislativa. No início dos trabalhos, a Mesa leu um requerimento da oposição, com a assinatura de Litro, pedindo que a Casa não agisse com violência para expulsar os manifestantes. "Eu não assinei isso. Achei que era o de comissão geral", afirmou o tucano, provocando riso em alguns colegas.

Água no chope

A Promotoria de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público de Campo Mourão propôs ação civil pública contra o ex-prefeito de Luiziana José Claudio Pol (PMDB) por improbidade administrativa. Segundo o MP, ele teria desviado o único cilindro de oxigênio disponível na unidade de saúde do município para bombear chope durante uma festa particular, na virada do ano de 2012 para 2013. De acordo com a ação, a retirada do equipamento prejudicou o atendimento a uma paciente, que, na madrugada de 1º de janeiro de 2013, foi levada à unidade com suspeita de infarto. Pol comandou a cidade de 2009 a 2012.

12 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA

Ex-assessor aponta outros envolvidos

Gaeco abriu novos inquéritos para apurar supostos crimes sexuais cometidos por Marcelo Caramori e auditor fiscal

Viviani Costa

Reportagem Local

Londrina – Desdobramentos da investigação que envolve o auditor fiscal da Receita Estadual Luiz Antônio de Souza e o fotógrafo e ex-assessor da Casa Civil Marcelo Caramori resultaram na abertura de três novos inquéritos junto ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). Souza e Caramori já foram indiciados por favorecimento à prostituição e exploração sexual de adolescentes. O auditor fiscal, que continua preso na Penitenciária Estadual de Londrina 2 (PEL 2), também foi indiciado por estupro de vulnerável.

De acordo com a promotora da 6ª Vara Criminal, Suzana de Lacerda, Caramori obteve a liberdade provisória nesta terça-feira após colaborar com a investigação e assumir a responsabilidade sobre os fatos. “Aquilo que o Ministério Público já havia, até aquele momento, apurado

em relação a ele, ele assumiu a sua conduta de exploração sexual mediante pagamento e apontou a participação de outros envolvidos”, explicou, sem detalhar as declarações do fotógrafo. A forma de atuação dos possíveis suspeitos não foi divulgada para não comprometer as investigações.

Desde a prisão do auditor fiscal Luiz Antônio de Souza, que completará um mês nesta sexta-feira, o Gaeco já concluiu três inquéritos relacionados a crimes sexuais. Testemunhas, vítimas e agenciadoras envolvidas nos casos continuam colaborando com o Ministério Público. Na tarde de ontem, a jovem Carla de Jesus, indiciada por ter agenciado a própria irmã de 15 anos para um programa sexual com o auditor, foi ouvida pelo delegado do Gaeco, Hernandez Cesar Alves.

“Nós instauramos outros inquéritos para apurar eventuais vítimas que foram citadas e que nós estamos identificando,

obviamente, com o objetivo de identificar também outros autores. O desdobramento é para facilitar as investigações, porque tem um número grande de vítimas, mas ainda não podemos apontar nomes”, revelou Alves. Após prestar depoimento, Carla foi encaminhada ao 3º Distrito Policial, onde permanece detida.

Mais de dez adolescentes já foram identificadas como vítimas de exploração sexual. O advogado de Caramori, Leonardo Vianna, não foi encontrado para dar entrevista. Ao acompanhar o fotógrafo na saída da Penitenciária Estadual de Londrina 2 na terça-feira, Vianna apenas frisou que Caramori permanecerá à disposição da Justiça.

O Ministério Público já apresentou duas denúncias à Justiça contra o auditor fiscal da Receita Estadual Luiz Antônio de Souza. O terceiro inquérito concluído pelo Gaeco, que envolve também o ex-assessor da Casa Civil, está sendo analisado pela promotoria.

12 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA

Justiça realiza audiência de quinto caso envolvendo Colli

Viviani Costa

Reportagem Local

Londrina – A 6ª Vara Criminal de Londrina realizou na tarde de ontem mais uma audiência relacionada às acusações de crimes sexuais envolvendo o advogado e ex-presidente do Partido Verde (PV) em Londrina Marcos Colli. Na quinta ação que tramita na Justiça, Colli é acusado de ter abusado sexualmente de duas meninas de sete anos. Conforme o Ministério Público, os fatos teriam ocorrido entre 2003 e 2005.

Cerca de dez testemunhas de acusação foram ouvidas durante a audiência, que durou pouco mais de três horas. A promotora da 6ª Vara Criminal, Suzana de Lacerda, afirmou que uma das vítimas teria sido abusada uma única vez em 2005. Já a segunda menina de sete anos teria sofrido abusos constantes entre 2003 e 2005.

“Nesse primeiro caso, em que há a comprovação por fotografias, o Ministério Público fez a opção de não ouvir a vítima em razão de, felizmente, pela idade, ela ter se esquecido dos fatos. Em relação ao segundo caso, em que não há registro fotográfico, haverá necessidade de oitiva da vítima, não tendo o Ministério Público a convicção de que ela se recordará dos fatos”, explicou.

Ainda assim, conforme a promotora, outros elementos comprovam que Colli esteve sozinho com a vítima e agiu de maneira semelhante à verificada nos outros casos apurados. Segundo Suzana,

o advogado conquistava a confiança da família e criava uma relação de proximidade com as meninas.

Marcos Colli foi preso em maio de 2013 e transferido para a Penitenciária Estadual de Piraquara, na Grande Curitiba, em julho do ano passado. Atualmente, o advogado cumpre pena na Casa de Custódia de Curitiba. Colli já acumula quatro condenações na Justiça por estupro de vulnerável, num total de 282 anos de prisão. Ontem, o réu não acompanhou a audiência. Segundo a promotora, em razão da distância entre Londrina e a Capital.

Mais de 14 vítimas foram ouvidas pelo Ministério Público nos cinco casos denunciados. “Infelizmente, tem meninas que não foram identificadas. Tinha uma época que ele não registrava os fatos”, afirmou Suzana, sem repassar mais detalhes. Fotos e vídeos embasaram as acusações da promotora.

O advogado de Colli, Mateus Vergara, reclamou da forma de condução dos processos e negou o envolvimento do réu com crimes sexuais. “Ele foi eleito para ser um mártir de uma acusação para dar início depois à caçada que se faria em Londrina, como está se fazendo. Ele não tem relações com os fatos (novos). Ele é vítima de uma doença mental”, frisou rapidamente, ao deixar o fórum. As datas das próximas audiências não foram divulgadas.

12 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA

Youssef e Costa prestam depoimentos complementares

Curitiba - O doleiro Alberto Youssef prestou novos depoimentos ontem na Superintendência da Polícia Federal (PF), em Curitiba, para complementar o conteúdo das delações premiadas já homologadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Informação apurada pela FOLHA aponta que as oitivas do londrinense se iniciaram no período da manhã e se estenderam durante toda a tarde de ontem. Outros depoimentos devem ocorrer hoje.

O ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa também seria ouvido novamente para prestar mais esclarecimentos sobre os fatos citados dentro de sua colaboração. O MPF, entretanto, não informou se Costa seria ouvido no Rio de Janeiro, onde cumpre prisão domiciliar em sua residência, no bairro Barra da Tijuca.

O pedido de novos depoimentos foi feito pela Procuradoria Geral da República (PGR) ao STF no último dia 5, para que sejam incluídas informações adicionais em relação a autoridades com foro privilegiado, ou seja, políticos. O pedido sobre a realização das novas oitivas foi acatado pelo ministro Teori Zavascki na última terça-feira.

A intenção é checar as informações dadas por ambos nas delações e que fazem parte do acordo já firmado. Não se tratam de fatos novos porque, para isso, seria necessário ter um inquérito aberto. Depois que os depoimentos forem realizados, os procuradores ainda vão concluir os pedidos de abertura de inquérito contra políticos no Supremo. Por conta disso, os pedidos só deverão ser enviados pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ao Supremo depois do carnaval.

Os advogados de Youssef e Costa não se manifestaram em relação às novas oitivas. (R.C.J.)

INFORME FOLHA

Deputados no exterior

Enquanto manifestantes seguiam ocupando o plenário da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, três deputados estaduais pediam autorização do plenário, ontem, para deixar o País. Maria Victoria (PP), Felipe Francischini (SD) e Alexandre Curi (PMDB), todos da base aliada ao governo estadual, apresentaram os requerimentos durante a sessão ordinária realizada à tarde, na sala anexa ao restaurante da Casa. O regimento interno da AL exige que os parlamentares prestem contas das viagens que realizam ao exterior. Os destinos, contudo, geralmente não são informados.

12 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Após invasão, Assembleia do PR faz sessão no restaurante da Casa

Plenário foi ocupado por servidores contrários a cortes de gastos da gestão Beto Richa (PSDB)

Alterações no plano de carreira e previdência dos funcionários devem ser votadas nesta quinta (12)

ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

Com o plenário da Assembleia invadido por centenas de manifestantes, os deputados do Paraná realizaram a sessão desta quarta (11) no restaurante da Casa.

O local fica no prédio anexo ao plenário, tomado por servidores públicos desde a noite de terça (10). Eles protestam contra um pacote de corte de gastos proposto pela gestão Beto Richa (PSDB).

Mesas foram afastadas para dar espaço à sessão. Uma das principais, com tampo de pedra, foi transformada em bancada da Mesa Diretora. Policiais do batalhão de choque guardavam a entrada.

No carro de som, do lado de fora, manifestantes acusavam os deputados de se reunirem "às escondidas".

O pacote, que quer aliviar o caixa do Estado, inclui a mudança da previdência dos servidores públicos, a redução do anuênio e mudanças no plano de carreira. Ele será votado na sessão desta quinta (12), provavelmente ainda no restaurante.

66 Não podemos nos submeter ao regramento da ditadura. A Casa tem que funcionar

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)
líder do governo

"Nós não podemos nos submeter ao regramento da ditadura. A Assembleia tem que funcionar", disse o deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB), líder do governo.

Na terça, milhares de pessoas invadiram o plenário enquanto os deputados tentavam votar a proposta. Cerca de 10 mil pessoas protestavam em frente à casa.

Os deputados tiveram que se refugiar em uma sala anexa. Escortados por policiais, conseguiram chegar aos gabinetes, vizinhos ao prédio principal. Não houve registro de agressões ou confronto.

"Foi a coisa mais linda de ver: aquele bando de deputado correndo, como se fosse galinha assustada", diz a professora Valderez Bueno, 58.

Os manifestantes, que passaram a noite no plenário, dizem que só saem depois que o governo retirar o projeto de pauta. A presidência da Assembleia obteve ordem de reintegração de posse do prédio na quarta, mas descartou o uso de força.

Reeleito em 2014, Richa tem enfrentado uma crise financeira há pelo menos dois anos, o que forçou o Estado a suspender obras e pagamentos.

O governo argumenta que as medidas são "duras, mas necessárias", e que precisam ser aprovadas para garantir que os salários sejam pagos e os investimentos retomados.

CONTINUA

12 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Queremos cortar privilégios, diz secretário

Apelidado pela oposição de "Maurinho Malvadeza", o secretário da Fazenda do Paraná, Mauro Ricardo Costa, diz que é necessário um ajuste fiscal imediato e severo.



Folha - Por que esse pacote?

Mauro Costa - Não temos recurso para nada. Estamos contando os centavos para fazer o pagamento da folha. A situação é grave. Se não houver ações para equilibrar o Estado, vamos viver em crise. Os servidores dizem que estão perdendo direitos adquiridos.

Não são direitos, são privilégios adquiridos. E com dinheiro da população. A população acha adequado pagar transporte para professores de férias ou afastados?

A oposição chama o projeto de "pacote de maldades".

Maldade com quem? Eu não vejo maldade em retirar privilégios. É dever do administrador público fazer isso.

Há centenas de pessoas acampadas na Assembleia.

Isso é natural. Não é exclusividade do Paraná. É uma fase difícil, mas que precisa ser administrada.

Há problema de gestão? A situação poderia ser outra?

Poderia, mas não foi. O que eu vou fazer? Não consigo voltar ao passado. Claro que houve um problema de gestão. Gastou-se mais do que se deveria gastar. Essas medidas agora são para arrumar.

É traumático? É. Todos estavam acostumados a viver num mundo irreal. Vamos ter que viver num mundo real.

12 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Nova forma de lutar contra a corrupção

ROBERTO PORTO

Já não suportamos mais
conviver com os casos de
condutas ilícitas praticadas
por empresas que negociam
com o poder público

A utilidade da pena a um delito reside na prevenção, de acordo com o filósofo francês Michel Foucault. Sendo assim, não deve ser calculada em função do malfeito, mas, sim, sobre sua possível reincidência, com o intuito de evitar uma futura desordem. Precisa, portanto, ser dimensionada de forma a retirar do criminoso a vontade de recomeçar.

É preciso punir o suficiente para impedir a reincidência. É falaciosa a opinião de que a proporcionalidade das penas visa à distribuição igual de castigo. A proporcionalidade está tanto na regra da quantidade mínima como naquilo que poderíamos chamar de limite da penalidade estrita. A arte de punir reside no segredo de tornar desvantajosa a ideia da prática do delito.

A timidez na aplicação do castigo é tão maléfica quanto o desmandado e jamais se confunde com o que chamamos de economia calculada do poder de punir. O ideal — em contraposição ao princípio da intervenção mínima do direito na sociedade — é buscar a punição máxima para crimes de lesão máxima.

Destacam-se, entre eles, os delitos ligados à corrupção do Estado, em todas as suas formas. A declaração final do 4º Fórum Global de Combate à Corrupção, realizado em Brasília, em 2005, estabeleceu que a corrupção impõe “ameaças à democracia, ao crescimento econômico e ao Estado de Direito”. Se é assim — e a conclusão do fórum foi absolutamente adequada — é preciso punir também práticas corruptas praticadas por pessoas jurídicas.

As modalidades de corrupção fazem desviar dos cofres públicos, aproximadamente, US\$ 1,5 trilhão, o que corresponde a 5% do PIB global, segundo dados do Banco Mundial. Há bastante parcimônia, no

entanto, com os responsáveis por tais delitos, em especial na responsabilização dos crimes protagonizados por empresas que operam e contratam com o poder público.

Não é do trato do direito brasileiro a responsabilização das pessoas jurídicas. A reversão desse quadro requer prioridade. É preciso, antes de tudo, reconhecer os significativos avanços trazidos pela lei federal nº 12.846/13, que impõe severas sanções administrativas e judiciais às pessoas jurídicas e abre um novo horizonte no combate à corrupção.

De forma pioneira, a Prefeitura de São Paulo regulamentou esse dispositivo e passou a utilizá-lo por meio da Controladoria Geral do Município. A iniciativa reafirma a importância de as empresas adotarem medidas que garantam o cumprimento de exigências legais e de integridade no ambiente de negócios.

A proposta leva em conta a necessidade da criação de mecanismos internos de fiscalização e do aperfeiçoamento de códigos de ética e de conduta capazes de inibir atos lesivos à administração pública.

Esses mecanismos tutelam importantes compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, dentre eles a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, promulgada em 2005. Mais do que isso, apontam um alinhamento com uma concepção moderna internacional de prevenção à corrupção.

O Brasil será suficientemente maduro, sob o prisma do direito de punir, quando as empresas que operam e contratam com o poder público também se sujeitarem a imposição de responsabilidade objetiva, civil e administrativa, que hoje — exceção de dados estatísticos — não conhecem em absoluto.

Acostumaram-se às vantagens que o dinheiro subtraído do povo lhes proporciona. Sabem que dificilmente o dinheiro subtraído é recuperado pelo poder público.

Já não suportamos mais conviver com os seguidos casos de condutas ilícitas praticadas por empresas que negociam com o poder público, na grande maioria das vezes, relegadas à consequência penal mínima, verdadeira distorção entre o ideal de punir e o resultado efetivo de demoradas e complexas ações penais.

ROBERTO PORTO, 46, promotor de Justiça, é controlador-geral do município de São Paulo. Foi secretário municipal de Segurança Urbana em São Paulo (gestão Haddad)

12 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

KENNETH MAXWELL

Escândalo bancário

Os segredos do HSBC foram revelados esta semana pelo Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ). Trabalhando com uma equipe de 140 jornalistas em 45 países, os documentos mostram de que forma o HSBC (Suisse) Private Bank ajudou clientes ricos a ocultar bilhões de dólares em ativos: mais de 100 mil contas, em valor de quase US\$ 120 bilhões, estavam envolvidas.

Outros detalhes podem ser obtidos no site do ICIJ, "Swiss Leak Data". Algumas das contas pertenciam a potentados árabes como os reis do Marrocos e da Jordânia. Também havia milhares de clientes da Suíça, da França, do Reino Unido, do Brasil (8.667) e da Itália.

Os arquivos incluem nomes de clientes, posições de contas e anotações dos funcionários do banco sobre conversas com correntistas. Oferecem um vislumbre fascinante de quantas dessas contas foram deliberadamente escondidas das autoridades tributárias nacionais. Além de ajudar os sonegadores de impostos, o HSBC também prestava serviços a criminosos internacionais, traficantes de drogas e fugitivos, bem como outros indivíduos "de alto risco" que desejavam guardar ou esconder dinheiro ilícito em contas sigilosas. As autoridades dos EUA, França, Bélgica, Grécia e Argentina já iniciaram investigações. O HSBC havia anteriormente assinado um acordo extrajudicial nos EUA sob o qual o banco admitia ter lavado lucros do tráfico de drogas no México.

O homem responsável pelo maior vazamento de informações bancárias da história é Hervé Falciani, 43, ex-especialista em informática do HSBC. Sua história parece um filme de suspense. Uma visita clandestina ao Líbano, um encontro com o Mossad, uma fuga da Suíça para a França, prisão na Espanha. A transformação de Falciani, de consultor de tecnologia a denunciante de irregularidades, começou com sua transferência do HSBC de Mônaco ao HSBC Private Bank em Genebra. Entre 2006 e 2007, ele baixou detalhes de dezenas de milhares de contas. Mais tarde, os entregou às autoridades francesas. Christine Lagarde, então ministra das Finanças em Paris (e hoje diretora do FMI), transmitiu os dados relevantes a outras autoridades tributárias nacionais.

As peripécias começaram (aparentemente) em 1999, com a aquisição do Republic National Bank de Nova York e da Safra Republic Holdings, que respondem pela maioria dos clientes de alto patrimônio do banco na Suíça. Na época, a companhia era controlada pelo bilionário Edmond Safra, morto em um incêndio em sua cobertura em Monte Carlo a despeito de contar com guarda-costas treinados pelo Mossad. Teorias da conspiração e rumores de envolvimento de mafiosos russos e traficantes de drogas colombianos persistem. Joseph Safra, seu irmão mais novo, dirige (independentemente) o império bancário Safra em São Paulo.

KENNETH MAXWELL escreve às quintas-feiras nesta coluna.

Tradução de PAULO MIGLIACCI

12 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Alckmin elogia o STF por arquivar caso sobre cartel

Governador afirma que não havia 'nenhum fato concreto' contra seus ex-secretários

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), avaliou nesta quarta (11) que o Supremo Tribunal Federal "fez justiça" ao ter arquivado inquéritos que investigavam a participação do deputado federal Rodrigo Garcia (DEM-SP) e ex-deputado federal José Aníbal (PSDB-SP) em suposto esquema de pagamento de propinas em obras do metrô em São Paulo.

Para Alckmin, não havia "nenhum fato concreto" na denúncia feita contra seus aliados e ex-auxiliares.

Os dois passaram a ser investigados após depoimento do ex-diretor da Siemens Everton Rheinheimer.

O executivo disse à Polícia Federal, em 2013, que tratou pessoalmente de propina com Rodrigo Garcia e com um interlocutor de José Aníbal.

O caso começou a ser discutido no ano passado. Em setembro, quando votou, o ministro relator, Marco Auré-

lio Mello, disse que não ficou comprovado o envolvimento dos dois políticos —que foram secretários de governo de São Paulo— no episódio.

"Eu acho que se fez justiça. Havia uma denúncia nunca comprovada e sem nenhum fato concreto. É isso que todo mundo quer, que tenha transparência e que tenha investigação", disse. O tucano afirmou que até agora não convidou nenhum dos dois para voltar ao governo. A tendência é de que Garcia assuma a Secretaria da Habitação, e Aníbal, a de Cultura.

"Os dois são bons nomes e vamos avaliar a questão depois do Carnaval", declarou.

Em julho de 2013 a Folha revelou que a Siemens delatou a existência de um cartel em licitações do Metrô de São Paulo e da CPTM. Documentos entregues ao Cade mostravam que o governo estadual, controlado pelo PSDB, teria dado aval ao conluio. A Siemens nega ter pago propina a políticos. (GUSTAVO URIBE)

MÔNICA BERGAMO

O QUE É BOM...

A tendência da turma do STF (Supremo Tribunal Federal) que manteve Renato Duque, ex-diretor de Serviços da Petrobras, solto é a de estender a medida aos executivos de empreiteiras que ainda estão presos.

...DURA POUCO

Ainda que eles ganhem liberdade, no entanto, a hipótese de assinarem acordo de delação premiada continua na mesa. Isso porque as empreiteiras já trabalham com a possibilidade de o juiz Sergio Moro, do Paraná, preferir, até junho, sentenças que os condenem a muitos anos de prisão. Eles então voltariam para trás das grades.

PAINEL DO LEITOR Impeachment

O pensamento de Hélio Schwartzman em "Ainda o impeachment" ("Opinião", 7/2) é despropositado. Insinuar que a presidente deveria sofrer processo de impeachment somente se comprovado ser ela a "mentora" ou "maior" favorecida pelo esquema de corrupção é estarrecedor. Se a chefe do governo estiver comprovadamente envolvida no esquema, deverá sofrer severas consequências sim, assim como os demais envolvidos, independentemente de ser a maior favorecida ou a mentora intelectual dos crimes.

AMELETO MASINI NETO,
professor de direito penal (São Paulo, SP)

RESPOSTA DO COLUNISTA HÉLIO SCHWARTZMAN
- O missivista não leu o texto com atenção. O cenário desenhado na coluna é um em que não apareça "fato novo que ligue diretamente Dilma a um malfeito".

12 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

**Battisti não foi
extraditado,
alega defesa
de Pizzolato
Decisão da corte será
divulgada nesta quinta**

GRACILIANO ROCHA

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, EM ROMA

A recusa do governo Lula de devolver à Itália o ex-terrorista Cesare Battisti foi utilizada pela defesa do ex-diretor do Banco do Brasil Henrique Pizzolato para tentar convencer a última instância do Judiciário italiano a não extraditá-lo para o Brasil.

O julgamento dos recursos começou às 10h25 (7h25 em Brasília) e durou uma hora. Depois, os cinco juizes da Corte de Cassação passaram toda a tarde e a noite de quarta decidindo o caso. O resultado do julgamento só deve ser divulgado nesta quinta.

O ingrediente político do caso Battisti foi acrescentado no momento da discussão dos recursos apresentados pelo Ministério Público italiano e pelo governo brasileiro.

“O caso do Battisti mostrou que não existe reciprocidade [com o Brasil]”, afirmou o criminalista Emmanuelle Fragasso, defensor de Pizzolato.

Em outubro, a Corte de Apelação de Bolonha recusou o pedido de extradição por entender que o Brasil não ofereceu garantias de seguranças mínimas ao condenado.

O advogado Michelle Gentiloni, que representa o governo brasileiro, admitiu que há problemas no sistema carcerário, mas que Pizzolato não correrá riscos na Papuda. Fragasso retrucou: “Não parece que a Papuda é uma colônia de férias, mas uma penitenciária onde detentos foram mortos nos últimos anos”.

12 FEV 2015

BEMPARANÁ

Oposição vai ao TJ contra comissão geral

Justiça

Oposição vai ao TJ contra comissão geral

A bancada de oposição na Assembleia Legislativa se recusou a participar da sessão de ontem, realizada no refeitório do quinto andar do prédio administrativo da Casa, em razão da ocupação do plenário por manifestantes contrários ao pacote de corte de gastos do governo. E entrou com um mandado de segurança no Tribunal de Justiça pedindo a anulação de qualquer votação realizada através da transformação do plenário em comissão geral.

"A oposição rechaça veementemente a realização de sessão em local que não seja o plenário da Alep. O fato representa um grave atentado à participação popular no processo legislativo estadual", afirmou em nota o bloco.

"É uma vergonha os deputados se reunirem no restaurante da Assembleia", avaliou o líder da bancada do PMDB, Nereu Moura. A ação no TJ é baseada na questão de ordem levantada por ele na véspera apontando que pelo artigo 108 do regimento interno do Legislativo, a comissão geral só pode ser usada para debater projetos, e não para votá-los.

12 FEV 2015

BEMPARANÁ

Colombo

MP exige reforma em carceragem

A 6ª Promotoria de Justiça de Colombo ingressou, ontem, com ação civil pública contra o Estado com o objetivo é requerer a realização de reformas e obras necessárias na carceragem da Delegacia da Polícia Civil do Alto Maracanã, em Colombo.

Durante uma vistoria que teve participação do Ministério Público, por meio das Promotorias Criminais de Colombo, com atribuição no controle externo da atividade policial, e foi constatado que os detentos encontram-se submetidos a condições inadequadas de higiene, saúde e segurança.

Ex-prefeito é denunciado por usar cilindro de oxigênio para bombear chope

A Promotoria de Justiça de Campo Mourão (região Central), propôs ação civil pública contra o ex-prefeito de Luiziana José Cláudio Pol, por improbidade administrativa. Ele teria desviado o único cilindro de oxigênio disponível na Unidade de Saúde do Município, utilizando-o para bombear chope durante uma festa particular na virada de ano de 2012 para 2013. Fotos do cilindro sendo utilizado no Réveillon foram publicadas por seus próprios familiares numa rede social. Para piorar, uma mulher morreu indiretamente por causa da retirada do cilindro da Unidade de Saúde, na madrugada de 1º de janeiro de 2013. Com suspeita de infarto, ela teve que ser transferida para Campo Mourão, a 30 quilômetros. Para manter a respiração da paciente durante o trajeto, era necessário utilizar oxigênio. Como não havia, a viagem precisou ser feita sem a oxigenação da paciente. No dia seguinte, em Campo Mourão, a mulher morreu.

TRIBUNA DO PARANÁ

Manobra contestada

Na sessão convocada para hoje, novamente no restaurante da Assembleia, os deputados analisarão primeiro o requerimento de comissão geral. Se ele for aprovado, as propostas do governo serão discutidas em até quatro votações em sequência. Porém, um grupo de 14 deputados ingressou na tarde de ontem com um mandado de segurança no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) contra o regime de "tratoração". Eles argumentam que a votação em Comissão Geral é ilegal, tendo em vista que o debate é uma prerrogativa parlamentar garantida na Constituição. "A realização da Comissão Geral fere o direito de oposição garantido na Constituição", diz o mandado.

O regime de Comissão Geral é usado para dispensar a análise pelas comissões temáticas do Legislativo. Antes de serem votados em plenário, os projetos de lei são analisados pelas comissões da Casa. Em casos especiais, a mesa diretora coloca em votação um requerimento para aprovar o regime de Comissão Geral. Se aprovado, o projeto passa diretamente para o plenário e as comissões "analisam" o projeto rapidamente.

A Assembleia tem usado esse regime para aprovar projetos polêmicos e de interesse do governo do estado. Assinam o documento os deputados Ademir Bier (PMDB), Antonio Anibelli Neto (PMDB), Chico Brasileiro (PSD), Gilberto Ribeiro (PSB), Márcio Pacheco (PPL), Márcio Pauliki (PDT), Nelson Luersen (PDT), Nereu Moura (PMDB), Ney Leprevost (PSD), Péricles de Mello (PT), Professor Lemos (PT), Rasca Rodrigues (PV), Requião Filho (PMDB) e Tadeu Veneri (PT).

12 FEV 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Oposição entra na Justiça contra Comissão Geral

Um grupo de 19 deputados estaduais ingressou na tarde desta quarta-feira (11) com um mandado de segurança no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) contra o regime de Comissão Geral para votação das propostas do governo.

Os parlamentares argumentam que a votação dos projetos

em Comissão Geral é ilegal, tendo em vista que o debate é uma prerrogativa parlamentar garantida na Constituição. "A realização da Comissão Geral fere o direito de oposição garantido na Constituição. A supressão do debate viola o direito à Democracia e ao devido processo legislativo", diz o mandado. ■

NOTA POLÍTICA

Derrota de Pessuti

Por três votos a zero, o Tribunal de Justiça validou a convenção extraordinária que derrubou a executiva do partido presidida por Orlando Pessuti. A decisão da convenção extraordinária que destronou Pessuti e colocou em seu lugar o grupo de Requião, foi referendada pela direção nacional do PMDB. A maioria da executiva de Pessuti apoiou a reeleição do governador Beto Richa.

12 FEV 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Pizzolato usa Battisti para evitar extradição

Defesa de condenado do mensalão recorre a caso de italiano, cujo pedido foi negado pelo Brasil, alegando falta de reciprocidade do País com a Itália

Jamil Chade

ENVIADO ESPECIAL / ROMA

Os advogados de Henrique Pizzolato usam o caso de Cesare Battisti para tentar frear a extradição do condenado no caso do mensalão ao Brasil. Ontem, Corte de Cassação em Roma julgou o pedido do governo brasileiro para que Pizzolato seja extraditado. A decisão já foi tomada, mas será apenas publicada hoje. Já o Ministério Público da Itália pediu que o caso seja reaberto e também a anulação da decisão de primeira instância, que definiu que Pizzolato deve ficar na Europa.

Ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil, Pizzolato foi condenado a 12 anos e sete meses de prisão. Mas, há um ano e cinco meses, fugiu do País com um passaporte falso. Na Itália, acabou sendo preso e, em setembro do ano passado, a Corte de Bolonha negou sua extradição, argumentando que as prisões brasileiras não têm condições de recebê-lo.

Durante o dia de ontem, o Ministério Público no Brasil chegou a anunciar que a decisão havia sido adiada, informação desmentida em Roma. Depois de 12 horas, a corte concluiu seus trabalhos e tomou a decisão sobre o brasileiro, que será revelada hoje.

Os advogados de Pizzolato argumentaram que o ex-diretor do Banco do Brasil não pode ser extraditado por falta de uma prática de reciprocidade por parte do governo brasileiro no caso de Battisti. O Brasil não atendeu ao pedido de Roma para que ele fosse extraditado e, portanto, não existiriam condições de reciprocidade.

O argumento fez parte tanto dos documentos entregues à Corte quanto da defesa oral de

seus advogados ontem. Essa foi a primeira vez, em um ano e meio, que a comparação com Battisti foi oficialmente feita.

“O Brasil mostrou que não há uma reciprocidade”, indicou o advogado de Pizzolato. Para ele, a Itália também deve responder da mesma forma, rejeitando o pedido brasileiro. “O Brasil fez um julgamento político”, declarou Fragasso.

Miqueli Gentiloni, advogado contratado pelo Brasil, rejeitou o argumento da defesa de Pizzolato. “Isso não tem nenhuma influência nesse processo”, insistiu. Renata Bueno, deputada brasileira no Parlamento italiano, ressaltou que essa é uma das consequências da decisão brasileira sobre Battisti e que, agora, pode “pesar”.

Para tentar reverter a decisão, os advogados contratados pelo Brasil insistiram na tese de que a Itália não poderia generalizar a condição das prisões no País. Garantias ainda foram apresentadas pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

Se a Corte atender ao pedido do MP italiano, o processo pode retornar para Bolonha, onde uma corte de apelação iria reavaliar as evidências sobre as condições das prisões brasileiras. “Isso permitirá que se investigue de forma mais profunda a situação da prisão para onde vai Pizzolato”, declarou Gentiloni.

Battisti foi condenado na Itália por terrorismo. Mas, no Brasil, o ex-ministro da Justiça, Tarso Genro, concedeu-lhe asilo, o que gerou ameaças de suspender certos acordos de cooperação. Gentiloni, porém, alega que os casos são “diferentes”.

12 FEV 2015

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY
Dez Pasadenas

Ex-cabo da PM pega 49 anos por matar jornalista

Felipe Resk

O ex-cabo do Grupo de Ações Táticas Especiais (Gate) Rodrigo Domingues Medina foi condenado, na madrugada de ontem, a 49 anos e 8 meses de reclusão por ter sequestrado, matado e escondido o corpo da jornalista Luciana Barreto Montanhana, em 2010. A pena também inclui 50 dias-multa.

O julgamento do ex-policial militar começou na manhã de anteontem, no Fórum de Santana, zona norte da capital paulista, e se arrastou até a madrugada. Preso desde 2010 em Tremembé, no interior de São Paulo, Medina foi condenado pelo júri popular por crime de extorsão mediante sequestro com resultado morte, ocultação de cadáver, resistência à prisão e três tentativas de homicídio.

Luciana tinha 29 anos quando foi morta, em 11 de novembro de 2010. Na época do crime, Medina já havia confessado o assassinato para a Polícia Civil, a quem contou que decidiu estrangular a vítima porque ela não parava de falar. Depois recuou, afirmando ter feito a declaração sob pressão.

No julgamento no Fórum de Santana, no entanto, o réu voltou a confessar ter matado a jornalista, mas tentou eximir-se dos crimes de sequestro e extorsão. Na versão apresentada por ele, as ligações para familiares, após o assassinato, pedindo resgate de R\$ 500 mil, eram para omitir o homicídio.

A jornalista foi apanhada por Medina quando saía de uma academia do Shopping Eldorado, na zona oeste da capital paulista. Ela teve as mãos atadas com algemas de plástico. Endividado, o ex-PM chegou a afirmar a policiais que decidiu fazer o sequestro porque precisava de dinheiro. E ressaltou que não conhecia a vítima.

Por vários dias, Medina ligou para parentes de Luciana, pedindo resgate, mesmo depois de já ter matado a jornalista. O corpo foi encontrado às margens da Rodovia Anchieta, na altura do km 44, no trecho da Serra do Mar.

Prisão. O então policial do Gate, grupo de elite da polícia paulista, foi descoberto depois de ter feito cinco ligações de orlhões no centro e na zona norte da capital. Em uma das chamadas telefônicas, a polícia conseguiu localizá-lo quando ele ainda estava ao telefone. Medina ainda trocou tiros com três policiais civis, antes de ser detido.

O inferno astral da Petrobrás inclui débito gigante estimado em R\$ 10 bilhões com São Paulo. “No conjunto das nossas ações judiciais, esta é a de maior impacto econômico”, confirmou ontem à coluna **Elival da Silva Ramos**, procurador-geral do Estado.

Como foi que a estatal se tornou devedora de São Paulo em montante tão espantoso? A história começou na gestão de **Lula**, quando **Zeca do PT** governou o MS e a Petrobrás resolveu construir, na cidade de Corumbá, um medidor de gás. Para quê? Checar o volume do produto que é importado da Bolívia para São Paulo.

Pasadenas 2

A estatal considerou que, por causa desse pit-stop, o ICMS deveria ser pago ao MS, não mais a SP. A Constituição estabelece, porém, que, quando da importação de produtos do exterior, esse imposto é cobrado no destino final.

Rodrigo Janot, da PGR, deu parecer a favor de SP na ação. No STF, onde tramita desde 2006, ela passou, recentemente, das mãos do ministro **Celso de Mello** para as de **Gilmar Mendes**. Se São Paulo ganhar, fica livre para acionar a Petrobrás e receber seus R\$ 10 bilhões.

Museu recebe espólio da operação

Técnicos exibem uma das 48 obras de arte apreendidas na Operação Lava Jato e enviadas ao Museu Oscar Niemeyer, em Curitiba (PR). O espólio começou ontem a ser catalogado para futura exibição

